

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.085 - PB (2019/0354137-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALBERTO JORGE SANTOS LIMA CARVALHO
ADVOGADO : ALBERTO JORGE SANTOS LIMA CARVALHO - PB011106
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : MARCOS ANTÔNIO DINIZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARCOS ANTÔNIO DINIZ.

O paciente foi condenado a 4 (quatro) anos e 1 (um) mês de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 313-A do Código Penal. De acordo com a denúncia, o paciente, juntamente com outros três corréus foram os responsáveis pela inserção de dados falsos no sistema de informática do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o objetivo de obter benefícios previdenciários indevidos. O paciente era servidor da autarquia e, segundo a inicial acusatória, era um dos responsáveis pela concessão dos benefícios fraudulentos.

Em sede de recurso especial, a defesa postulou a reforma do acórdão confirmatório da sentença, alegando violação aos arts. 381 do Código de Processo Penal e 489 do Código de Processo Civil, além de ofensa ao art. 59 do Código Penal. Por meio de decisão monocrática datada de 19 de outubro de 2019, negou-se seguimento ao apelo, nos termos do art. 932, inciso IV, alínea "a", do Código de Processo Civil, c/c o art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Após o julgamento do recurso especial, a defesa impetrou *habeas corpus* pretendendo a suspensão da execução provisória da pena.

Considerando o conteúdo do pedido formulado nesta impetração e a ausência de notícias de interposição de agravo regimental, embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração ou de recurso extraordinário, intime-se o impetrante para que traga aos autos documentação atestando que a Ação Penal n. 0000472-35.2015.4.05.8201 ainda não transitou em julgado, sob pena de extinção do feito sem julgamento de mérito.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

